

# Governistas criticam a ação dos líderes

Arquivo 16/09/89

**Andrei Meireles**

As lideranças dos partidos que apóiam o Governo não escondem sua irritação com o comportamento dos líderes Renan Calheiros e José Ignácio, que comandam apenas ínfimas bancadas, e ainda as expõem em ano eleitoral a assumir o ônus de comportamento impopular.

No PFL, que é o maior partido de apoio ao Governo, as queixas são cada vez mais frequentes, pois desde o início da batalha em torno da política salarial que seus líderes vêm advertindo que só haviam três alternativas a serem seguidas pelos partidários do presidente Fernando Collor: 1) fechar um acordo com as oposições, o que se inviabilizou diante da recusa do Planalto de reindexar os salários ao IPC; 2) mobilizar a maioria governamental para rejeitar a política salarial bancada pelas oposições, hipótese descartada devido à resistência dos parlamentares governistas de votarem às vésperas da eleição contra uma proposta popular; 3) aprovar a política salarial, deixando com o presidente Collor o ônus de vetá-la — esta sempre foi a alternativa preferida dos partidos governistas, mas esbarrou na recusa do deputado Renan Calheiros em bancá-la.

Esta semana, porém, após um desgaste considerado desnecessário pelos partidos governistas, eles vão aprovar, finalmente, a política salarial, que, depois, deverá ser vetada por Collor. Isto poderia ter sido feito sem tantos traumas se os líderes Renan Calheiros e José Ignácio Ferreira não quisessem mostrar serviço e exibir ao Governo um comando que não têm das bancadas governistas, desabafou um dos principais líderes do esquema parlamentar do governo no Congresso Nacional, que pediu para não ser identificado.

Na realidade, após o fracasso dos entendimentos no Congresso, quando o secretário de política econômica Antônio Kandir vetou, com o aval do presidente Collor, um entendimento entre os partidos governistas e oposicionistas, a política salarial foi aprovada por unanimidade na Câmara. O Governo chegou a se preparar para negociá-la no Senado, mas a garantia dada pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, de que devolveria o projeto de lei das diretrizes orçamentárias ao Executivo se ele não fosse votado antes do recesso, deixou as lideranças governistas à vontade para suspenderem no final da semana passada as negociações com as oposições.

A situação, agora, é completamente diferente: os políticos governistas já anteciparam que vão votar a favor da política salarial elaborada no Congresso Nacional, exceto se houver até terça-feira um acordo com as oposições em torno de uma proposta de consenso. O senador Marco Maciel, líder do PFL no Senado, confirmou sexta-feira essa disposição enfraquecendo qualquer tentativa de reação dos líderes do Governo por não comandarem bancadas próprias.

O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL na Câmara, que não conseguiu há dez dias convencer Renan Calheiros a aprovar a política salarial, transferindo o ônus do veto a Collor, reagiu, sexta-feira, com veemência, ao ser indagado se o Governo já teria feito isto há muito tempo", disse. Até terça-feira, o Senado deverá aprovar a política salarial, com os governistas adotando a alternativa de transferir o ônus do veto a Collor, que, se aceita há dez dias, teria evitado desgastes que eles consideram desnecessários tanto para os parlamentares que apóiam o governo quanto para o senador Nelson Carneiro.

## Carneiro sofre questionamento

Além de enfrentar uma bateria de críticas em seu próprio território e de ter que se render ao Supremo Tribunal Federal, que sustou a devolução do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Governo, por ele determinada, o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), está sendo questionado também pelo executivo. Segundo o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, o senador tomou uma providência inócua ao suspender a tramitação da Medida Provisória 194, por considerá-la inconstitucional.

Chiarelli está convencido de que "perante a Constituição, a medida continua em vigor". O texto, que dispõe sobre a concessão de créditos suplementares para a educação, só poderia ser declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, sustenta Chiarelli. "O que está acontecendo no Congresso é um problema que não diz respeito ao Governo. É um assunto interno que apenas acompanhamos com interesse", disse.

Para reforçar sua opinião, Chiarelli argumenta que Nelson Carneiro aceitou — e encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado — um recurso do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) contra a devolução da Medida 194 ao presidente Fernando Collor. "Isso mostra que a medida está tramitando", disse Chiarelli.

Nelson Carneiro enfrentou uma semana de pesadas críticas, que tiveram seu ponto máximo na sessão do Congresso de sexta-feira. Segundo o parlamentar as acusações estavam sendo feitas mais ao candidato ao governo do Rio de Janeiro — numa tentativa de influenciar na campanha eleitoral — do que ao próprio presidente do Congresso.



Paulo Paim quer projeto de conversão à Medida Provisória 193